

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# Bancadas temáticas e suas definições: uma revisão sistemática

Matteo Manes

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9859>

Submetido em: 2024-09-12

Postado em: 2024-09-13 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## BANCADAS TEMÁTICAS E SUAS DEFINIÇÕES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Matteo de Barro Manes.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6408-6235>.

<[matteomanes@iesp.uerj.br](mailto:matteomanes@iesp.uerj.br)>

IESP-UERJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

**RESUMO:** A literatura sobre bancadas temáticas e frentes parlamentares nem sempre concorda sobre o que define esses grupos suprapartidários. A partir de uma revisão sistemática dos textos publicados entre 2018 e 2024, com protocolo de Cooper (2016), este artigo busca responder: (1) como são definidos os conceitos de bancadas temáticas e frentes parlamentares; (2) como esses conceitos são operacionalizados. Demonstra-se que existem três abordagens distintas: categórica, por ação coletiva e por atuação. Cada uma tem suas repercussões sobre a metodologia que deve ser utilizada para delimitar o grupo de estudo, assim como parte de suposições distintas. Ou seja, apesar de usar os mesmos termos, os estudos nem sempre falam do mesmo objeto. Além disso, existem estudos que utilizam uma abordagem para definição, e outra para operacionalização. Argumenta-se que, em geral, os trabalhos dessa literatura não reconhecem essas diferenças, o que dificulta o diálogo científico, e permite conclusões equivocadas. Enquanto misturas conceituais não forem reconhecidas, as contribuições oferecidas serão prejudicadas.

**Palavras-chave:** bancadas temáticas, frentes parlamentares, bancadas suprapartidárias, revisão sistemática, legislativo.

## THEMATIC CAUCUSES AND THEIR DEFINITIONS: A SYSTEMATIC REVIEW

**ABSTRACT:** The literature on thematic caucuses and parliamentary fronts does not always agree on what defines these cross-party groups. Based on a systematic review of texts published between 2018 and 2024, following Cooper's (2016) protocol, this article aims to answer: (1) how the concepts of thematic caucuses and parliamentary fronts are defined; and (2) how these concepts are operationalized. It is demonstrated that there are three distinct approaches: categorical, collective action, and activity-based. Each has implications for the methodology used to delimit the study group, as well as differing assumptions. In other words, despite using the same terms, studies are not always referring to the same object. Furthermore, some studies use one approach for definition and another for operationalization. It is argued that, in general, works in this literature fail to recognize these differences, hindering scientific dialogue and allowing for misguided conclusions. Until conceptual mixtures are acknowledged, the contributions offered will be compromised.

**Keywords:** thematic caucuses, parliamentary fronts, cross-party groups, legislative, systematic review.

## INTRODUÇÃO

O que são bancadas temáticas? São o mesmo que frentes parlamentares? Quem são seus membros?

Apesar da produção de literatura especializada nesses grupos suprapartidários ter crescido, as respostas obtidas a essas perguntas são mais variadas do que se pode parecer inicialmente. Existem diferenças tanto de definição quanto de operacionalização, o que dificulta o diálogo entre as diferentes produções científicas. Ao elaborar sua própria pesquisa, os autores precisam considerar se — ao final das contas — estão falando da mesma coisa, e se os resultados de outros são válidos para a sua abordagem pretendida.

Com essa preocupação, o presente artigo foi desenvolvido com objetivo de identificar as diferentes abordagens utilizadas pela literatura. Pretende-se entender: (1) como são definidos os conceitos de bancadas temáticas e frentes parlamentares; (2) como esses conceitos são operacionalizados.

Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, compreendendo toda a produção dessa temática entre 2018 e 2024. O presente artigo é uma fração de uma pesquisa sistemática ainda em andamento que tem outros focos de interesse além dos apresentados aqui, e é parte do desenvolvimento de uma tese de doutoramento.

Esta não é a primeira revisão sistemática produzida neste tema. Juliana Carvalho (2022) sistematizou a produção de bancadas temáticas e frentes parlamentares no período de 2011 e 2021. Ela parte de duas perguntas iniciais, que seriam (1) como o desempenho no legislativo desses grupos pode ser observado; (2) em quais bases estão apoiadas a atuação desses parlamentares.

Ao longo de sua pesquisa, ela fornece apontamentos iniciais dos quais a presente pesquisa utiliza como ponto de partida. Afirma que “não há arranjo conceitual consolidado para o estudo” desses grupos, fazendo com que cada autor apresente sua definição, composição e atuação de forma diferente (Carvalho, 2022, p.10). A autora ainda demonstra que existe uma variedade grande de metodologias utilizadas para o estudo desses grupos, que aponta ser uma importante fonte de divergência entre a literatura.

No entanto, aqui, o objetivo é mais específico. Pretende-se aprofundar nestas discordâncias, buscando encontrar padrões nas escolhas feitas por cada autor. Argumenta-se que diferenças metodológicas, apesar de não permitirem comparação direta de resultados, podem apresentar

diferentes dimensões dessas organizações, e contribuir para seu entendimento, mesmo que levem a conclusões distintas. Ainda podem existir abordagens teóricas e conceituais semelhantes, mesmo quando os métodos diferem. O problema deve ser mais fundamental. Se a definição do que é uma bancada ou frente da qual os autores partem é diferente, efetivamente estariam estudando coisas diferentes.

O estudo das bancadas temáticas e frentes parlamentares enfrenta desafios devido à informalidade desses grupos, dificultando a avaliação clara de sua influência no processo legislativo. Assim, é preciso ter cuidado com a forma com que é feita a seleção de quais parlamentares são membros da organização que se pretende estudar. Escolhas equivocadas podem fazer com que se defina o grupo de uma forma, mas o estude de outra.

Enquanto se pretende complementar o estudo iniciado por Carvalho (2022), busca-se contribuir para uma mais clara delimitação das abordagens utilizadas tanto para definição quanto operacionalização dos grupos suprapartidários.

O artigo está organizado da seguinte maneira. A segunda seção apresenta a metodologia utilizada para a seleção e estudo dos artigos. É apresentado o protocolo de Cooper (2016) para revisões sistemáticas e como ele é útil para organizar a presente pesquisa.

Na terceira, os resultados da revisão são apresentados, apontando as principais divergências de definição e operação utilizadas. Aqui, é apresentada uma proposta de categorização das abordagens, a partir da identificação de semelhança metodológica de cada trabalho. Por fim, a quarta seção discute brevemente os resultados e aponta para os desafios e cuidados necessários nestes estudos.

## **2. METODOLOGIA**

Como um trabalho de revisão de literatura, o objeto de pesquisa deste trabalho é a própria produção científica na temática de bancadas temáticas e frentes parlamentares. A escolha pelo método de revisão sistemática objetiva reduzir o viés de seleção do autor, não permitindo seletividade dos artigos a serem considerados. Além disso, busca-se fazer uma seleção abrangente, buscando encontrar padrões e disparidades. O método também permite que o trabalho seja mais facilmente replicado.

Especificamente, aqui trabalha-se com o protocolo desenvolvido por Cooper (2016). No entanto, uma ressalva precisa ser feita. Este protocolo foi desenvolvido com objetivo de sistematizar pesquisas quantitativas. Apesar disso, ele não difere substancialmente de outros desenvolvido com a mesma finalidade, com etapas semelhantes de escolha de protocolo, elaboração de pergunta de pesquisa, coleta da literatura, avaliação de qualidade, extração de dados, análise e síntese, e demonstração ou interpretação dos resultados (Kitchenham, 2004; Shaffril; Samsuddin; Samah, 2021). Assim, ele serve como guia eficiente, principalmente para a etapa de coleta e seleção dos estudos a serem incluídos na pesquisa.

O protocolo escolhido passa por 7 etapas:

1. Formulação do problema
2. Busca pela literatura
3. Coleta de informações dos estudos selecionados
4. Avaliação da qualidade dos estudos
5. Análise e síntese
6. Interpretação das evidências
7. Apresentação dos resultados

Na primeira, é preciso formular o problema a ser investigado. Uma diferença a ser pontuada com a maioria de outras revisões sistemáticas, e com a recomendação do protocolo, é o fato da pergunta de pesquisa não ser respondida pelos resultados encontrados nas pesquisas consideradas. Aqui, as evidências coletadas que são relevantes ao problema analisado estão, geralmente, na metodologia dos trabalhos pesquisados, e na definição do objeto a ser estudado. Resultados serão comentados adiante, mas pretende-se entender se os trabalhos partem do mesmo objeto: (1) como são definidos os conceitos de bancadas temáticas e frentes parlamentares; (2) como esses conceitos são operacionalizados. A definição operacional é a descrição das características observáveis que determinam se um evento representa uma ocorrência da variável conceitual. A variação, ou semelhança, dessas duas dimensões são o que interessam.

Foram considerados todos os textos entre 2018 e julho de 2024. A limitação temporal é para fins de apresentação dos resultados parciais da pesquisa. Argumenta-se, no entanto, que o volume considerado é o suficiente para as conclusões apresentadas aqui.

A seleção dos textos foi realizada a partir do Harzing's Publish or Perish, seguindo a recomendação de não utilização de apenas um banco de dados (Cooper, 2016), incluindo os resultados do Google Scholar, OpenAlex, Scopus; e separadamente da busca no site do SciELO.

Eles foram selecionados por conter, em qualquer lugar do texto, os termos: “frente(s) parlamentar(es)” e “bancada(s) temática(s)”. Ao todo, foram encontrados: 1942 resultados no Google Scholar, 2713 no OpenAlex, 19 no SciELO e 6 no Scopus.<sup>1</sup> A partir disso, foram filtrados as teses, dissertações, artigos de periódicos científicos, artigos de congresso, livros e capítulos; foram eliminados os resultados duplicados entre as pesquisas.

Adiante, foram excluídos os textos cujos títulos claramente não eram relevantes e que não continham os termos “bancada” ou “frente” no resumo ou título, reduzindo seleção para 335 textos. Depois, foi realizada a leitura dos resumos com objetivo de identificar se as bancadas temáticas ou frentes parlamentares faziam parte do objeto de pesquisa do estudo, se seu foco era na atividade legislativa, e se o período de análise era posterior a 1988. Todas as casas legislativas foram consideradas, inclusive ao nível estadual e municipal. Para os trabalhos sem resumo ou que não tinham objeto claramente especificado, foi feita leitura mais extensa do texto para essa identificação. Nota-se que não foi possível acessar o texto na íntegra de quatro trabalhos antes da conclusão da revisão.

Exemplo de artigo cortado por este filtro é o de Medeiros et al. (2024), cujo foco é nos anúncios publicados pela Frente Parlamentar da Agropecuária nas redes sociais, e não há interesse na atividade legislativa. Já o trabalho de Lima e Santos (2024), cita a criação da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância como parte do processo de desenvolvimento do Marco da Primeira Infância, mas é apenas informação contextual.

Assim, 104 trabalhos foram selecionados para inclusão na revisão sistemática.

Por fim, foi feita a leitura dos trabalhos remanescentes, visando identificar: (1) qual bancada ou frente parlamentar é estudada, ou se o trabalho pretende ser sistemático; (2) qual a definição utilizada para composição do grupo; (3) qual a forma utilizada para definir quem pertence ao grupo; (4) se apresenta lista de parlamentares membros; (5) qual casa legislativa é estudada; (6) se há diferença entre a definição de “bancada temática” e “frente parlamentar”.

---

<sup>1</sup> Todos os resultados encontrados pela busca do SciELO e do Scopus já estavam incluídos nos resultados do Google Scholar ou do OpenAlex, então foram desconsiderados.

Durante a produção da pesquisa, foi relevante adicionar outra característica: (7) se o trabalho assume que existe coordenação de ação do grupo estudado.

Além desses dados, foram agregados outras informações incluídas no banco completo, que são: título, autores, resumo, fonte, link para o texto completo, tipo de publicação, número de citações, e *dummy* de inclusão na análise.

A quarta etapa é de avaliação da qualidade dos estudos. Seu propósito é de identificar os estudos cujos procedimentos de coleta de dados podem comprometer a síntese que se pretende realizar (Cooper, 2016). Ou ainda, para garantir que a qualidade da metodologia da revisão sistemática esteja livre de vieses (Shaffril; Samsuddin; Samah, 2021). Conforme os objetivos da presente pesquisa, na qual as respostas estão na metodologia utilizada pelos autores, optou-se por não excluir outros trabalhos por esse critério.

A quinta etapa é de análise e síntese dos estudos. Aqui, busca-se entender as semelhanças entre os trabalhos considerados, identificando padrões na conceituação e operacionalização das organizações suprapartidárias, assim como as suas inconsistências. Em uma análise quantitativa, seria o momento de integração e tratamento dos dados, buscando agregar os resultados. A seguir, é realizada a interpretação das evidências. A sumarização dessas duas etapas estão apresentadas na próxima sessão.

Por fim, a última etapa envolve as conclusões e apresentação dos resultados.

### 3. RESULTADOS

Considerando brevemente a dimensão formal da revisão, o total de artigos está dividido entre 59 artigos, 27 dissertações, 12 teses, 3 capítulos de livro, e 3 artigos de congresso. Por ano, então distribuídos da seguinte forma: foram 20 textos de 2018; 17 para 2020, 16 para 2022; 15 para 2023, 14 para 2019 e 2021; e, 8 para 2024.<sup>2</sup>

Para a dimensão metodológica, algumas semelhanças básicas e questões fundamentais podem ser destacadas antes da apresentação dos resultados.

Não é disputada a afirmação de que bancadas temáticas e frentes parlamentares são organizações suprapartidárias de caráter informal, e sem papel formalizado no processo legislativo.

---

<sup>2</sup> Além da busca ter sido limitada até julho de 2024, é importante notar que os indexadores podem levar tempo até obter o conteúdo mesmo de publicações anteriores a esse período. Sendo assim, é possível que outros trabalhos de 2024 não tenham sido encontrados.

A maioria dos trabalhos, mesmo aqueles focados em bancadas temáticas, dão a definição de frentes parlamentares a partir da descrição fornecida pela própria Câmara dos Deputados: “considera-se Frente Parlamentar a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade” (Câmara dos Deputados, 2005).

Cabe notar que esta definição é dada pelo Ato da Mesa da Câmara que cria o registro de Frentes Parlamentares naquela casa. Desde 2005, deputados podem registrar uma frente desde que tenham assinaturas suficientes, um estatuto e um coordenador. A partir disso, elas passaram a ser registradas em todas as legislaturas, chegando ao ápice de 352 registros na 56<sup>a</sup> legislatura (2019-2022). Não há limitação de quantas frentes um parlamentar pode participar.

A quantidade desses grupos formados é possível porque se criou o costume de deputados assinarem a ata de criação das frentes de outros parlamentares, com a expectativa de reciprocidade (Silva; Araújo, 2019). Silvio Cascione (2018), a partir de *survey* com os deputados, mostra como a maioria dessas organizações não tem atividade ao longo do ano, e possuem membros efetivos bem inferiores aos que a lista de assinaturas pode indicar.

Como então é possível estudar esses grupos?

Após a leitura dos artigos considerados, foi possível identificar três tipos de abordagens para sua definição e operacionalização, classificadas como: (1) categórica, (2) por ação coletiva, (3) por atuação. Além disso, há quem parte apenas da descrição dos grupos feita pela Câmara, e utiliza exclusivamente a lista de assinaturas de formação daquela frente parlamentar.

A forma mais comum segue uma lógica categórica, presente em 33 trabalhos. Os parlamentares que compõem uma bancada temática ou frente parlamentar são aqueles que compartilham alguma característica, como ocupação ou religião. Nessa conceituação, a bancada evangélica é formada por deputados e senadores evangélicos; membros das forças armadas e policiais compõem a ‘bancada da bala’. É principalmente utilizada nesses casos, com interesse para a participação na política de evangélicos e militares. Essa abordagem pode ser vista nos trabalhos de Elias da Silva (2021), Pedro Weissenberg (2022) e Novello e Alvarez (2022).

Nota-se que alguns trabalhos entendem a Bancada Feminina como uma bancada temática. Isso não é comum, com boa parte da literatura sobre este grupo não sendo selecionada pelo método

do presente trabalho. No entanto, dois trabalhos desse tipo foram incluídos na revisão, e se enquadram claramente nesta abordagem categórica.

A segunda abordagem entende esses grupamentos como um esforço de ação coletiva entre os parlamentares. Sendo assim, parte do princípio que bancadas e frentes são organizações formadas por grupos de parlamentares que fazem um esforço consciente de coordenação e troca de informação. Exemplo de estudos com esta definição são: Doudement e Conceição (2018), Nery e Mueller (2022) e Vanessa Santos (2024).

Fica claro, comparada à abordagem categórica, que ela se refere a um grupo que não seria necessariamente o mesmo. A Bancada Evangélica, por abordagem categórica, incluiria todos os deputados evangélicos, independente de haver um esforço efetivo desses parlamentares em atuar em conjunto; enquanto a abordagem por ação coletiva se permite inclusive incluir parlamentares que não sejam necessariamente parte daquela categoria, no caso, evangélicos, para a composição do grupo, desde que de fato haja algum tipo de coordenação.

A abordagem menos prevalente é por atuação. Trabalhos em tópicos específicos não são raros na área de estudos legislativos, mas não é costumeiro que os parlamentares identificados sejam classificados como membros de uma “bancada” ou frente parlamentar. Ainda assim, essa é uma forma que alguns autores definiram o pertencimento à bancada e também a operacionalização deste conceito na seleção de quem estudar. Exemplificando isso está o trabalho de João Vitor Miranda (2019), que parte da premissa de que a “bancada da bala” é um grupo se associa pelas pautas corporativistas das forças de segurança, punitivistas e repressivas em segurança pública. Assim, com base na literatura anterior, o autor define o que seriam as posições desse grupo, e os define pela atuação naquele sentido:

[...] o que conceitua e define os parlamentares que compõem a bancada deve ser a visão de mundo punitivista e repressiva – aqui denominada securitária-autoritária – que orienta tais políticos em sua atuação no que diz respeito ao tema da segurança pública e política criminal. Ao mesmo tempo, tais posições devem se desdobrar na atuação concreta dos deputados na Câmara dos Deputados e na militância política cotidiana. (Miranda, 2019, p. 51)

Por fim, ele identifica o grupo a ser estudado primeiramente por uma abordagem categórica para redução da amostra a ser considerada, com deputados ligados às forças de segurança e ao jornalismo policial. Depois, Miranda (2019) usa o histórico de votações, proposições legislativas e

participação em comissões, como meio de selecionar quem desse grupo de 23 deputados de fato atua naquelas temáticas, e com aquelas preferências inicialmente estabelecidas.

Percebe-se que não há necessidade de que esses parlamentares atuem juntos, nem é suficiente que eles sejam das forças de segurança para serem considerados da bancada. Existem, portanto, três formas distintas de entendimento do que são essas organizações. No entanto, enquanto foi possível agrupá-los dessa maneira, as diferenças entre os estudos ainda são muitas.

Ressalta-se que grande parte dos textos não faz uma definição elaborada do que é o grupo estudado. É comum ser dada a definição da Câmara e partir para a seleção de seus membros; ou só assumir que ela é a lista de assinaturas. A forma de operacionalizar esses conceitos será discutida mais a frente.

Até aqui, não foram diferenciadas bancadas temáticas de frentes parlamentares. Existem estudos que utilizam definições categóricas ou por ação coletiva, com bancadas e frentes como objeto de pesquisa. Já os estudos com abordagem por atuação, estudam exclusivamente as bancadas.

Há quem distingue bancada temática de frente parlamentar, e assim como nas abordagens mencionadas, não há consenso. Alguns autores diferenciam os grupos por abrangência. Silva e Araújo (2019) afirmam que uma bancada pode conter diversas frentes parlamentares. Seriam o agrupamento de frentes de determinado tema, como temas relevantes sobre agropecuária, que formariam a bancada ruralista, e não apenas a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Nelson Santos (2020) descreve a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) como uma das partes que integra a bancada religiosa, seguindo diferenciação similar. Nessa lógica, uma bancada pode conter uma ou várias frentes parlamentares. Ao mesmo tempo, é possível que uma frente formada, quando de temática muito específica, não pertença a nenhuma bancada temática (Silva; Araújo, 2019).

Uma forma similar de diferenciar bancada de frente é pelo pressuposto que a primeira precede a segunda. A bancada, como grupo formado pelos parlamentares, pode se organizar (Santos, 2018) ou escolher se formalizar (Macedo; Becker, 2018; Manes, 2022) pela formação da Frente Parlamentar. Nesse sentido, uma bancada temática pode existir com ou sem o registro formal, mas os termos se referem, essencialmente, ao mesmo grupo. Explicação semelhante também é dada por Cascione (2018) e Carvalho (2022), que as diferenciam pela existência do registro.

Costa (2020) segue uma lógica distinta, assumindo que a Bancada Evangélica é a organização dos setores conservadores evangélicos no Congresso, enquanto a FPE seria a articulação desses com

outros setores conservadores, como ruralista e militar. Ao operacionalizar isso, considera que a Bancada Evangélica seria composta pelos parlamentares evangélicos, e a FPE, a lista de assinaturas — que contém mais assinaturas de não evangélicos. Mayrá Lima (2018), estudando os ruralistas, entende de forma semelhante. Ela afirma que o aumento de assinaturas da FPA: “mostra a capacidade que a mesma Bancada Ruralista tem de arremeter parlamentares para a organização de sua pauta, ainda que o parlamentar não seja um ruralista ‘por natureza’ (Lima, 2018, p. 62)”. Macaulay (2019), seguida por Santos (2024), compreende a bancada como um grupo menor, mais homogêneo que as frentes, e com pautas específicas. Mendes e Codato (2019) sugerem que a “Bancada da Bola” seria um núcleo de parlamentares da Frente Parlamentar Mista do Esporte. Todos seguem essa lógica na qual o mais abrangente seria a frente parlamentar, e não a bancada.

Alguns autores recusam o uso do termo bancada, só o utilizando para partidos, coligações e bancadas estaduais (Binde, 2018; Almeida et al. 2019; Pinheiro, 2019). Numa justificativa mais elaborada, Baptista (2009, apud Binde et al., 2020) afirma que o termo pressupõe atuação em conjunto, com liderança e condução de voto; o que não seria encontrado, pelo menos na FPE, objeto de seu estudo.

Na maioria dos textos, no entanto, bancadas e frentes são vistas como sinônimos, com ambos termos sendo usados. Alguns exemplos são Ciocari e Persichetti (2020), Kuchnir (2020), e Machado (2020).

As diferenças não param por aqui. Além de definir o grupo a ser estudado conceitualmente, e da distinção entre bancadas e frentes, os trabalhos selecionados precisam decidir quem de fato é membro daquele grupo e deve ser estudado. Existem dois modos mais prevalentes de definição, apesar de muitas exceções, que são: (1) o uso da lista de assinaturas da criação da Frente Parlamentar; (2) a lista elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), em seu relatório “Radiografia do Novo Congresso”, publicado antes do início da legislatura.

A utilização da lista de assinaturas da Frente Parlamentar é aqui considerada uma vertente da lógica categórica, mas que tem suas próprias repercussões.<sup>3</sup> Sendo assim, a frente é composta por todos os que assinaram a lista. Exemplos de estudos com essa abordagem são: Juliana Carvalho (2020), Regina Bruno (2021), Rocha, Silva e Barreto (2021).

---

<sup>3</sup> Pode-se argumentar que seria mais próxima da abordagem por atuação, já que é resultado de ação do parlamentar em sua atividade legislativa. Ao longo do trabalho, ela sempre é diferenciada da forma categórica, então não é uma decisão que afeta os resultados e conclusões apresentadas.

Além do problema de comprometimento dos parlamentares assinantes, já comentado, essa metodologia pode trazer outros atritos com as formas de abordagem de definição do grupo descritas. É comum que os autores utilizem a lista, mas assumam que exista algum comprometimento com aquele tema de interesse, ou ainda, que de fato atuem em conjunto. Assim, partem do pressuposto de que há esforço de ação coletiva entre aqueles deputados — pressuposto que até aqui tem pouco apoio na literatura. A partir disso, a análise de um grupo reduzido de casos ou de parlamentares é extrapolado para a posição de todos os membros daquela frente.

Felix et al. (2022) utilizam a lista de assinatura da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA) em três legislaturas diferentes. Sendo assim, presumem que exista pelo menos um comprometimento de atuação — se não conjunta — em favor de certos interesses. Afirmam que: “as bancadas parlamentares têm suas atividades unificadas em função de interesses comuns, independentemente do partido político a que pertençam.” (Felix et al. 2022, p. 71) Sobre a composição da FPA, atingindo 308 assinaturas em 2015, eles dizem: “Um número tão expressivo de atores políticos, se agir de forma organizada e com propósitos compartilhados, é sinal de força dentro do Congresso Nacional, podendo influenciar até mesmo a agenda política do Governo Federal” (Felix et al. 2022, p. 70). Com essa expectativa de comportamento das frentes parlamentares, todas as 345 frentes registradas naquela mesma legislatura seriam fortes, já que todas têm a composição mínima de 33% do Câmara, equivalente a 171 membros.

Como a atuação dessas organizações não é regulada, nem precisa ser registrada ou formalizada, o estudo pela abordagem de ação coletiva é um desafio. Algumas frentes podem não ter nenhuma informação acessível para o pesquisador utilizar.

Em sua tese, Monyele Graciano (2022), faz discussão sobre o propósito de formação das frentes parlamentares, afirmando que são formadas “por meio de coalizões, partidos políticos ou através da associação movida por uma questão comum” (Graciano, 2022, p.64), que essas organizações buscam monopólio das discussões dessa questão, criando articulações entre os membros do Legislativo e Executivo. Até aqui, apresenta uma definição de abordagem por ação coletiva como discutido anteriormente. Em parte de sua análise, Graciano (2022) utiliza o material produzido pela própria FPA em seu site institucional, como o posicionamento sobre proposições específicas, condizente com a abordagem adotada.

Ao analisar as proposições e composição das comissões pelos membros da FPA, no entanto, a autora utiliza a lista de assinaturas, indo de encontro aos autores que dizem que ela não é confiável

(Cascione, 2018; Silva e Araújo, 2019; Manes, 2022). Rauber (2021) também faz discussão de definição pela abordagem de ação coletiva e aponta para a limitação do uso da lista, mas, seguindo Pereira (2015), decide por utilizá-la por ser “necessária”. Argumenta que a lista permitiria uma previsibilidade do comportamento dos parlamentares, e que existe uma correlação dessa composição com outros fatores, citando Coradini (2010). Sendo assim, o autor admite precisar fazer um comprometimento da operacionalização do conceito, esperando que não comprometa os resultados de forma significativa.

O estudo de Juliana Carvalho (2020) é uma importante referência para demonstrar as limitações do uso das listas de assinatura. Assim como alguns dos autores que utilizam a abordagem de ação coletiva, Carvalho questiona teoricamente a capacidade de coordenação de votos das frentes. Ou seja, da capacidade de transformarem cadeiras em votos, o que iria de encontro aos trabalhos que apontam para a quantidade de assinaturas da formação da frente parlamentar como indício de influência e força no Congresso. A partir das listas, ela analisa proposições e votações, concluindo que não há indícios de “força desses grupos enquanto ator coletivo” (Carvalho, 2020). A conclusão talvez seja abrangente demais, mas demonstra bem a limitação do uso das listas como mensuração de capacidade coordenativa das frentes.

O mesmo vale para uma abordagem que parte de definição categórica. Não se deve assumir que existe esforço de ação coordenativa entre aquele grupo, nem de que existe atuação em prol daquele tema. Essas são suposições a serem comprovadas pelas evidências — possíveis hipóteses a serem testadas. Não se pode assumir, por exemplo, que todos os evangélicos eleitos são conservadores, trabalham juntos e tem as mesmas opiniões. Se expandir essa generalização para toda a lista de assinaturas de uma frente parlamentar, o problema pode ser ainda maior.

Ao falar da FPE, Pedro Weissenberg (2022) mostra a diferença de comportamento entre os evangélicos e a frente como um todo, pela análise dos discursos proferidos na Câmara dos Deputados em duas legislaturas. Discursos punitivistas e religiosos eram mais comuns por parlamentares evangélicos do que assinantes da lista da FPE, inclusive com mais do dobro de frequência em temáticas religiosas. Em esforço pessoal, os membros da FPE eram mais próximos do restante da legislatura, sendo temática mais frequente em seus discursos do que dos evangélicos. Ele conclui: “Sendo assim, se constata que a FPE não é uma boa *praxy*, ao menos nestes temas, para se tratar dos deputados evangélicos. (Weissenberg, 2022, p.60)”

Binde et al. (2020, p. 85073), tem conclusões semelhantes: “[...] as principais questões que envolvem os parlamentares da FPE se referem à moralidade. Assuntos como aborto e homossexualidade são os que conseguem unir a frente para o embate. Nos demais, segue a orientação partidária. Portanto, não há uma “bancada evangélica” que vota em bloco independente da questão em pauta”.

Uma prática recorrente na literatura, principalmente naquela que trata da FPE como objeto, é a escolha pela análise de discursos de um grupo pequeno de deputados, ou apenas em torno de uma ou poucas proposições, visando entender a posição do grupo acerca daquele tópico. As produções aqui mencionadas mostram como essa generalização pode ser arriscada. Novamente, o uso da lista, ou mesmo a definição categórica, não permite assumir que há coesão de preferências, atuação em conjunto, ou mesmo que todos daquele grupo de fato atuem naquela temática.

Sobre isso, Caio dos Santos (2020) faz exercício de identificar as proposições de temáticas da agenda negra. Ao analisar de quem são as proposições, de fato observa que a maioria dos autores são membros de alguma frente parlamentar anti-racista. No entanto, a maioria dos parlamentares que integram essas mesmas frentes não propuseram um só projeto nessas temáticas. Os resultados são mais significativos quando é adotado uma abordagem categórica, a partir da autoidentificação de parlamentares como negros, ou de sua ligação com movimentos negros (Santos, C. 2020).

Inclusive, Rauber (2021) nota como a lista de assinaturas da FPA é composta por opositores de algumas pautas da própria frente.

Sendo assim, é preciso cuidado para não haver um descompasso entre o conceito apresentado e a maneira como ele é operacionalizado; ou, ainda, do que se pretende analisar e o que de fato é analisado, que pode levar a imprecisões, por menores que sejam.

Quer se dizer que, ao assumir uma abordagem de ação coletiva, é necessário um esforço para identificação de quem faz parte daquele grupo que atua, de fato, em conjunto. O atalho do uso da lista de assinaturas não é um caminho apropriado.

Além deste uso, outra decisão comum é pelas listas produzidas pelo DIAP. Aqui, as frentes são o registro formal das “bancadas informais”, grupos suprapartidários com o propósito de promover causas, ideias e interesses em temas específicos (DIAP, 2010; 2014; 2018). No relatório de 2022, há pela primeira vez uma separação entre a bancada informal e a frente parlamentar, descrita

como “reunião de deputados e senadores em torno de tema comum” (DIAP, 2022). Entretanto, ao longo do texto, segue-se o mesmo procedimento dos relatórios anteriores.

A definição de cada bancada é diferente, variando abordagens. A Bancada Empresarial, por exemplo, segue lógica categórica, selecionando os deputados sócios de empresas. Já a Bancada Ruralista, a classificação é por atuação, sendo considerado ruralista aquele que — mesmo não sendo proprietário rural — defende os interesses do agronegócio. A metodologia não é mais específica que isso, dificultando a sua replicação, ou mesmo a certeza de que o mesmo método tem sido aplicado em todos os anos.

Os trabalhos incluídos na revisão que utilizam a lista do DIAP se concentram em estudos da Bancada Ruralista; da Bancada de Segurança, que inclui parlamentares com carreiras nos órgãos de segurança, adicionados aos que “apresentam aderência a uma pauta de temas mais conservadores e ligados à parcela do grupo da bancada de segurança” (DIAP, 2022, p.142). E da Bancada Evangélica, majoritariamente composta por evangélicos, incluídos outros parlamentares que se alinham ao grupo em votações de temas específicos.

Portanto, apesar de existir um cuidado maior de seleção da composição das bancadas, há variação de abordagens e pouca clareza metodológica, que pesquisadores que decidam por segui-las precisam se atentar. É preciso considerar se a definição da fonte da lista é correspondente à pretendida no estudo, principalmente se há a pretensão de comparação de bancadas com diferentes metodologias. Burckhart (2021) usa a lista do Diap (2018) para definir quem compõe a FPE, mas usa a lista de assinaturas para definir quem faz parte da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana. Essa diferença faz com que o autor afirme que esta segunda é maior e mais plural que a FPE, apesar de ser apenas resultado da escolha metodológica.

Além dessas duas formas mais comuns de identificação das bancadas, existem alguns estudos que buscam formas alternativas. Cascione (2018), e posteriormente em Cascione e Araújo (2019), utilizam *survey* com os deputados e estimam o tamanho efetivo das frentes parlamentares por autoidentificação. Depois, estudam a institucionalização dessas frentes por um misto de análises sobre sua organização, existência de reuniões regulares, coordenadores regionais e temáticos, existência de assessoria externa, entre outros. Sua abordagem segue a definição por ação coletiva que apresentam nessas produções.

Em Ferreira (2019), e depois em Nery e Mueller (2022), são utilizados modelos de análise de redes de coautoria, identificando comunidades de parlamentares que colaboram na produção legislativa. Segue metodologia por ação coletiva que condiz com a definição do grupo dada em ambos trabalhos.

Algumas outras obras que estudam a atuação dos grupos suprapartidários não fazem a necessidade de criar listas extensivas de membros, como o estudo etnográfico de Caio Pompeia (2022; 2024), e Matheus Pereira (2020), com entrevistas com assessores ligados à Frente Parlamentar de Defesa da Cidadania LGBT e da Frente Parlamentar Evangélica, com seleção a partir do método de bola de neve.

Como seria de se esperar, ao tentar agrupar todos os estudos por tipos de abordagem, alguns casos inevitavelmente escapam dos limites artificiais criados. Algumas obras foram identificadas com mais de uma abordagem. Essas “mistas” compuseram 2 textos do total analisado. Note que aqueles que usaram uma abordagem para definição e outra para operacionalização do conceito não são consideradas mistas.

Exemplo dessa abordagem mista para a operacionalização está na obra de Eveline dos Santos (2018). Ela define a bancada da bala como composta pelos deputados que “têm a segurança pública como uma prioridade do seu mandato legislativo” (Santos, 2018, p. 23), que se enquadra na abordagem por atuação. A partir disso, para decidir quem faz parte desta bancada, ela utiliza três critérios: (1) assinatura da FPSP; (2) presença na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO); (3) carreira nas forças repressivas civis ou militares. Pela lógica adotada no presente trabalho, a definição seria um misto de uma abordagem por lista (1), por atuação (2), e por categoria (3). Na prática, no entanto, a lista acaba por não ser decisiva em seu estudo, e apenas dois deputados que preenchem o critério por carreira não são selecionados por não estarem presentes na CSPCCO.

O trabalho de Vanessa Santos (2024, p. 16) é um exemplo de definição das bancadas temáticas pela abordagem de ação coletiva com atuação em temática específica, no qual a autora as entende como uma aglutinação de forças “inicialmente dispersas em torno de um objetivo comum que, no caso da ‘bancada da bala’, direciona-se aos assuntos relacionados à segurança pública e à justiça criminal”. Sua tese é um ótimo exemplo do problema de diferentes abordagem para a definição e operacionalização do conceito, não porque comete este erro, mas porque aponta para uma tentativa inicial de seleção que não obteve resultado satisfatório para seus objetivos. A autora

descreve como tentou utilizar os critérios: (1) por lista de assinatura da FPSP, (2) pertencimento à CSPCCO, (3) financiamento de campanha pela indústria armamentista, e (4) carreira nas forças de segurança. Seria uma abordagem por lista (1), por atuação (2) e por categoria (3, 4). Essa estratégia foi abandonada, pois não se traduziu numa lista que continha nomes de parlamentares identificados com maior atuação na temática. Por fim, Santos (2024) decide por utilizar dois critérios: (1) atuação em favor de projetos de recrudescimento penal, flexibilização do controle de armas de fogo, e corporativistas; (2) autodeclaração de pertencimento à bancada. Ou seja, um critério por atuação (1), e um por ação coletiva (2), que correspondem à definição de atuação coletiva em torno de temática específica. Considerando as dificuldades em delimitar o grupo a ser estudado a partir da abordagem proposta, a solução da autora é pertinente. O uso da autoidentificação, como demonstrado por Cascione (2018), pode ser um caminho adequado.

Por fim, percebe-se que diferentes definições e formas de entender essas organizações tem efeitos sobre as análises feitas pelos pesquisadores. Autores citam produções com abordagens distintas, e misturam concepções, levando a conclusões drasticamente diferentes. Alguns autores exaltam o número de parlamentares que compõem as bancadas temáticas, falando sobre capacidade de coordenar votos e até em poder formar base de apoio legislativo para o Executivo (Macaulay, 2019; Duarte, 2020; Santos, C. 2020; Cioccarì; Persichetti, 2020; Milmanda, 2023). Outras, falam sobre a limitação do poder de ação frente às organizações partidárias, com atuação mais complementar (Lino; Vazquez, 2020; Binde et al., 2020; Carvalho, 2020; Cascione; Araújo, 2021; Manes, 2022).

Metodologias distintas, nem discordâncias sobre abordagens, análises ou resultados parecem ser o principal problema. A literatura nem sempre fala sobre o mesmo objeto. Enquanto misturas conceituais não forem reconhecidas, as contribuições oferecidas serão prejudicadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho tinha como objetivo entender duas questões a partir de revisão sistemática: (1) como são definidos os conceitos de bancadas temáticas e frentes parlamentares na literatura; (2) como esses conceitos são operacionalizados.

Ao longo do texto, buscou-se mostrar como não só existem diferentes abordagens conceituais sobre o que são essas organizações suprapartidárias, mas que as metodologias utilizadas nem sempre foram compatíveis com o que se pretendia estudar.

A princípio, não há problemas nas diferentes abordagens. Pode-se questionar, por exemplo, representatividade descritiva e substantiva a partir do estudo por categoria. A abordagem por atuação é útil para entender quais são os parlamentares mais atuantes em determinada temática. Mas elas não permitem partir do pressuposto de que há coordenação e esforço de ação coletiva entre o grupo estudado.

Além disso, essas diferenças, em geral, não são reconhecidas pela literatura, que mesmo utilizando abordagens distintas, utilizam os mesmos termos. Isso dificulta o diálogo científico, e permite conclusões equivocadas, quando não compreendidas.

Por fim, foram expostas as limitações do uso das listas de assinatura das frentes parlamentares como fonte para identificação de seus membros efetivos, e os cuidados que se precisa ter ao utilizar as listas produzidas pelo DIAP.

Para o primeiro caso, é necessário o entendimento de que a lista não representa a composição efetiva do grupo, nem ela é garantia que de fato aquela frente exista — no sentido de ter qualquer atividade. Sendo assim, mapear as ações do grupo requer cuidados para garantir que o que se está medindo é de fato o objeto de pesquisa desejado.

Aliás, pode ser pertinente estudar se a lista de assinaturas de uma frente parlamentar se converte em atuação naquela temática de interesse. O erro está em assumir que a assinatura da lista indica compromisso de atuação entre aqueles parlamentares. Ela não significa, automaticamente, coordenação ou proximidade de preferências.

A lista do DIAP é uma alternativa quando não é possível fazer sua própria seleção, mas a metodologia nem sempre é precisa para permitir replicação, e as bancadas não seguem a mesma abordagem.

O estudo da atuação de Frentes Parlamentares sob diferentes metodologias é empreitada válida — e valiosa, visto que a literatura neste tema ainda é incipiente. No entanto, é preciso rigor tanto para a seleção dos instrumentos que condizem com a definição do objeto que se pretende estudar, quanto para citar outras produções, que podem utilizar abordagens distintas.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, T.; Silva, W.; Gonçalves, R. (2019). Entre diálogos: estado, política e religião no legislativo acreano. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, 5(2), 223–240.
- Binde, J. (2018). Fé demais não cheira bem: análise do perfil e atuação da Frente Parlamentar Evangélica (2003 – 2014). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Binde, J.; Rodrigues, I.; Costa Filho, J. (2020). O Céu pode esperar? A bancada Evangélica no Brasil (2003-2014). *Brazilian Journal of Development*, 6(11), 85063–85075.
- Bruno, R. (2021). Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 29(2), 461–502.
- Burckhart, T. (2021). Em busca da laicidade prometida: direitos humanos, espaço público institucional e religiosidade no Brasil. *Revista Pensamento Jurídico*, 15(2).
- Câmara dos Deputados (2005). Ato da Mesa n. 69, de 10 de novembro de 2005. *Diário da Câmara dos Deputados*. 11 de novembro de 2005.
- Carvalho, J. (2022). Revisão da bibliografia sobre bancadas temáticas e frentes parlamentares no Brasil (2011—2021). *BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, 1(97), 1–16.
- Carvalho, J. (2020). “Tigres de papel”? As bancadas BBB entre a imagem pública e a atuação efetiva na Câmara dos Deputados Federais, 2011-2014. Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos.
- Cascione, S. (2018). Institucionalização e influência das frentes parlamentares no Congresso brasileiro. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.
- Cascione, S.; Araújo, S. (2019). Obstáculos para protagonismo das frentes parlamentares em coalizões presidenciais no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 27(72).

Cioccari, D.; Persichetti, S. (2020). O Brasil agrário: o conservadorismo e a direita na Bancada Ruralista. Em Tese, 17(1), 07–32.

Cooper, H. (2016). *Research Synthesis and Meta-Analysis: A Step-by-Step Approach*. 5. ed. Thousand Oaks: Sage.

Coradini, O. (2010). Frentes Parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 241–256.

Costa, R. (2020). O Manifesto à Nação: o projeto neofascista da Frente Parlamentar Evangélica para o Brasil. IN: Rebuá, R.; Costa, R.; Gomes, R.; Chabalgoity, D. (orgs). *(Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula.

Diap (2010). *Radiografia do Novo Congresso - Legislatura 2011-2015*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Diap (2014). *Radiografia do Novo Congresso - Legislatura 2015-2019*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Diap (2018). *Radiografia do Novo Congresso - Legislatura 2019-2023*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Diap (2022). *Radiografia do Novo Congresso - Legislatura 2023-2027*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Doudement, M.; Conceição, V. (2018). Frente parlamentar em defesa das comunidades terapêuticas. IN: Santos, M. (org). *Comunidades terapêuticas: temas para reflexão*. Rio de Janeiro: IPEA, 167–188.

Duarte, T. (2020). “Our time has come! It’s time for the church to govern”: evangelicals in Brazilian politics and in our ethnographies. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 17, e17455.

Felix, M.; Paranhos, R.; Silva Júnior, J.; Nascimento, W. (2022). Tudo que você sempre quis saber sobre a bancada ruralista, mas tinha medo de perguntar: análise descritiva da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária - FPA (2006-2014). *Direito, Processo e Cidadania*, 1(1), 69–91.

Ferreira, P. (2019). *Economia política do meio ambiente: identificação da bancada ruralista e outras bancadas temáticas no Congresso Nacional com análise de redes*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília

Graciano, M. (2022). *O processo decisório legislativo e o preceito constitucional de igualdade: uma análise da atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) na concepção da Política Fundiária brasileira*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Kuchnir, J. (2020). “Por Deus e pela família”: análise dialógica dos discursos da Bancada Evangélica na abertura do processo de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

Kitchenham, B. (2004). *Procedures for Performing Systematic Reviews*. Joint Technical Report. Keele University.

Lima, M. (2018). A Elite ruralista no parlamento: características principais da bancada que representa a classe proprietária rural. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, 38(2), 58–72.

Lima, P.; Santos, J. (2024). Investimento na Educação Infantil: um estudo a partir do marco legal da primeira infância. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades - Cidadania, Diversidade e Bem Estar*, 8(1), 11–33.

Lino, L.; Vazquez, D. (2020). Formação de agenda e correlação de forças políticas: a aprovação da redução da maioria penal na Câmara Federal. *Revista de Políticas Públicas*, 24 (1), 385–404.

Macaulay, F. (2019). *Bancada da Bala: the growing influence of the security sector in Brazilian politics*. IN: Foley, C. (org). *In Spite of You: Bolsonaro and the New Brazilian Resistance*. New York: OR Books.

Macedo, R.; Becker, S. (2018). Contornos das biografias de agentes envolvidos no trâmite da PEC 215. *Revista Ñanduty*, 6(8), 60–90.

Machado, L. (2020). From the Time of Rights to the Time of Intolerance. The Neoconservative Movement and the Impact of the Bolsonaro Government. *Challenges for Brazilian Anthropology. Vibrant Virtual Brazilian Anthropology*, 17(1).

Manes, M. (2022). Bancadas temáticas como alternativa para formação de base de apoio legislativa: a relação entre o Executivo e a bancada ruralista na 56ª Legislatura. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Medeiros, P.; Salles, D.; Magalhães, T.; Melo, B.; Santini, R. (2024). Greenwashing e Desinformação: A Publicidade Tóxica do Agronegócio Brasileiro nas Redes. *Comunicação e Sociedade*, 45, e024008.

Mendes, A.; Codato, A. (2019). The effectiveness of the parliamentary front on sport in the Brazilian National Congress between the World Cup and the Olympic Games. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 29, 121–154.

Milmanda, B. (2023). Harvesting Influence: Agrarian Elites and Democracy in Brazil. *Politics & Society*, 51(1), 135–161.

Miranda, J. (2019). Composição e atuação da "Bancada da Bala" na Câmara dos Deputados. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Nery, P.; Mueller, B. (2022). Co-sponsorship networks in the Brazilian Congress: An exploratory analysis of Caucus influence. *Estudos Econômicos*, 52(01), 83–111.

Novello, R.; Alvarez, M. (2022). Da 'bancada da segurança' à 'bancada da bala': Deputados-policiais no legislativo paulista e discursos sobre segurança pública. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 15(01), 81–101.

Pereira, A. (2015). O desequilíbrio de forças na reforma do Código Florestal. IN: Souto, K.; Lied, T. (org). *Saúde e Ambiente para as Populações do Campo, da Floresta e das Águas*. Brasília: Ministério da Saúde, 63-76.

Pereira, M. (2018). Oportunidades políticas em um presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, 105, 217–252.

Pinheiro, A. (2019). A frente parlamentar evangélica e os novos modelos de família: uma análise sobre a conformidade da atuação do grupo político/religioso com a Constituição Federal. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Faculdade Unidade Vitória, Vitória.

Pompeia, C. (2022). Uma etnografia do Instituto Pensar Agropecuária. *Mana*, 28(2), 1–33.

Pompeia, C. (2024). Homogenizing machine: the agribusiness caucus's building of voting convergence in the Brazilian Congress. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 21, e21500.

Rauber, M. (2021). "Prato principal" terras indígenas: o início da contestação do direito territorial indígena pela Frente Parlamentar da Agropecuária (2011-2014). Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

Rocha, A.; Silva, F.; Barreto, A. (2021). A Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional: representatividade política dos evangélicos? *Revista Inter-Legere*, 4(32), c25787.

Santos, E. (2018). A Bancada da bala na câmara: quem são e o que propõem esses deputados. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.

Santos, C. (2020). O quilombo da Praça dos Três Poderes: uma análise da atuação parlamentar em torno de uma agenda legislativa negra. Dissertação (Mestrado em Ciências Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Santos, N. (2020). “Onda conservadora” ao “Estado Pós-Democrático”: a atuação das “bancadas religiosas” e os direitos das minorias na política brasileira recente. In: Seminário Nacional de Sociologia da UFS. *Anais do III Seminário Nacional de Sociologia: Distopias dos extremos: sociologias necessárias*. São Cristóvão.

Santos, V. (2024). 'Mais bala pela vida': o discurso punitivo da bancada da bala sobre o controle do crime e a resolução dos problemas criminais no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Silva, E. (2021). A importância estratégica da permanente articulação institucional e política dos militares estaduais perante o Poder Legislativo e Executivo Federal, o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores. *Revista Susp Brasília*, 1(1), 229–234.

Silva, R.; Araújo, S. (2019). Representações Políticas Alternativas no Congresso Nacional: uma Proposta Conceitual para Compreender as Frentes Parlamentares. *Direito Público*, 16(88), 232–256.

Shaffril, H.; Samsuddin, S.; Samah, A. (2021). The ABC of systematic literature review: the basic methodological guidance for beginners. *Quality & Quantity*, 55, 1319–1346.

Weissenberg, P. (2022). Os evangélicos na Câmara dos Deputados: uma análise quantitativa dos seus discursos (2007–2021). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:** Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado no Open Science Framework e pode ser acessado em: [osf.io/b4mqh](https://osf.io/b4mqh)

**FINANCIAMENTO:** O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

**CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:** Matteo de Barros Manes: conceituação, metodologia, investigação, curadoria de dados, redação do rascunho original, revisão e edição do manuscrito.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** O autor declara que não há conflito de interesses a mencionar.

**MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:** Matteo de Barros Manes: É doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e mestre em Ciência Política pelo mesmo IESP-UERJ.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.